

MARCIO PESTANA

Doutor e mestre em Direito do Estado, pela Faculdade de Direito da
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
Professor de Direito Administrativo na Faculdade de Direito da Fundação
Armando Álvares Penteado.

A Concorrência Pública na Parceria Público-Privada (PPP)

Editora Atlas S.A.

São Paulo, 2006

Localização: 351.712.2(81)

P476c

Código de barras: STJ00065141



CATALOGAÇÃO NA FONTE

Pestana, Marcio

A concorrência pública na parceria público-privada (PPP) / Marcio Pestana. - São Paulo : Atlas, 2006.

Bibliografia.

ISBN 85-224-4446-3

1. Concorrência pública - Brasil 2. Licitações - Brasil 3. Parceria público-privada (PPP) I. Título.

06-4279

CDU-351.712.2.032.3 (81)



SUMÁRIO

1 Introdução,	1
2 A parceria público-privada,	7
1 Introdução,	7
2 Espécies de concessões,	9
2.1 A concessão patrocinada,	9
2.2 A concessão administrativa,	10
3 Restrições à parceria,	11
4 Diretrizes,	11
5 O contrato da parceria público-privada,	14
6 A contraprestação,	19
7 As garantias,	22
8 A sociedade de propósito específico - SPE,	26
9 A PPP e a união federal,	28
9.1 O órgão gestor,	28
9.2 O fundo garantidor de parcerias público-privadas – FGP,	30
9.3 As garantias do FGP,	34
9.4 Os limites para a contratação,	36
9.5 Restrições adicionais a créditos e garantias,	37
3 A licitação e os princípios jurídicos,	39
1 Introdução,	39
2 Panorama normativo,	39
3 Os princípios jurídicos,	41
4 Os princípios relevantes à licitação,	44
5 Os princípios jurídicos de larga abrangência,	45
5.1 O princípio da segurança jurídica,	45
5.2 O princípio da supremacia do interesse público sobre o privado,	47
5.3 O princípio da indisponibilidade dos interesses públicos,	51
5.4 O princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional,	52
5.5 O princípio do contraditório,	53
5.6 O princípio da ampla defesa,	55
5.7 O princípio do devido processo legal,	57
6 Os princípios jurídicos caros à administração pública,	59
6.1 O princípio da igualdade,	59

Localização: 351.712.2(81)

P476c

Código de barras: STJ00065141



6.2 O princípio da legalidade,	62
6.3 O princípio da finalidade,	63
6.4 O princípio da razoabilidade,	66
6.5 O princípio da proporcionalidade,	69
6.6 O princípio da motivação,	71
6.7 O princípio da impessoalidade,	73
6.8 O princípio da publicidade e da transparência,	74
6.9 Os princípios da moralidade e da probidade administrativa,	77
6.10 O princípio da eficiência,	79
7 Os princípios relevantes especificamente para o processo licitatório,	82
7.1 O princípio da igualdade entre os licitantes,	82
7.2 O princípio da vinculação ao instrumento convocatório,	82
7.3 O princípio do julgamento objetivo,	83
4 A concorrência pública,	85
1 Introdução,	85
2 Os parceiros na PPP,	86
3 A obrigatoriedade da concorrência pública e as situações de exceção,	90
4 A comissão de licitação,	94
5 O processo licitatório - fases,	95
5 A fase precedente ao processo licitatório em sentido estrito,	97
1 Introdução,	97
2 As condições precedentes,	97
2.1 Os motivos,	102
2.2 Os recursos financeiros,	103
2.3 A participação da sociedade,	104
2.4 O meio ambiente,	106
2.5 A cautela com a coisa pública,	108
6 As fases do processo licitatório, em sentido estrito,	109
1 Introdução,	109
2 O processo administrativo,	110
3 O edital,	111
4 O aviso,	116
5 A entrega de documentos e propostas,	118
6 Habilitação,	119
6.1 Habilitação jurídica,	121
6.2 Regularidade fiscal,	122
6.3 Qualificação técnica,	124



6.4 Qualificação econômico-financeira,	126
6.5 O menor e o aprendiz,	129
7 A habilitação ou inabilitação de licitantes,	129
8 As propostas,	131
9 O julgamento das propostas,	132
10 Os critérios de julgamento das propostas,	134
11 A homologação,	139
12 A adjudicação,	140
13 A anulação e revogação,	141
7 O processo administrativo-licitatório e os recursos administrativos,	142
1 Introdução,	142
2 O processo administrativo,	143
3 Os agentes do processo administrativo-licitatório,	144
3.1 A administração pública-interessada,	144
3.2 O licitante,	145
3.3 A administração pública-julgadora,	146
4 A impugnação,	147
5 Os recursos,	149
5.1 O recurso, em sentido estrito,	149
5.2 A representação,	150
5.3 O pedido de reconsideração,	150
Bibliografia,	153

